



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

**OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO E A SITUAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL E DO FUNDO
PÚBLICO: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA
COVID-19¹²**

VICTOR FELIPE LINS DA SILVA³

JOSÉ LEONILSON NASCIMENTO DOS SANTOS⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, apresentar algumas reflexões sobre o cenário contemporâneo das políticas sociais e do fundo público na realidade brasileira no contexto de intensificação da ofensiva neoliberal aliados ao período da pandemia COVID-19. Para tornar possível a realização desta pesquisa, adotou-se a pesquisa bibliográfica, tendo como base o materialismo histórico-dialético como método de pesquisa.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Fundo Público. Pandemia.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some reflections on the contemporary landscape of social policies and public funds in Brazil, particularly in the context of the intensified neoliberal offensive during the COVID-19 pandemic. To conduct this research, a bibliographic approach was adopted, using historical-dialectical materialism as the research method.

Keywords: Neoliberalism. Public Funds. Pandemic.

¹ Trabalho destinado ao eixo: Política Social e Serviço Social. Sub eixo Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ Universidade Federal de Alagoas

⁴ Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

A nova dinâmica do capital assumida após a eclosão da crise estrutural sob a égide da hegemonia neoliberal e do capital financeiro transformou e subordinou todo o conjunto do tecido social em suas mais complexas relações de acordo com seus interesses de reprodução e acumulação. Exigiu-se do Estado uma postura cada vez mais rigorosa com o trabalho à luz do argumento neoliberal e do processo de reestruturação produtiva, com as medidas restritivas que vieram e continuam sendo adotadas nos países capitalistas nos últimos anos ao bel-prazer do capital, destruindo gradativamente os direitos sociais fundamentais à reprodução material da classe trabalhadora.

Em contrapartida, como pode ser observado em Paniago (2012) e Salvador et al (2012), tem-se um Estado cada vez mais benevolente com o capital, – o que não passa do cumprimento de sua função social – com um rico arsenal de mecanismos de salvaguarda que usurpam o fundo público e perpassam desde a rentabilidade dos títulos da dívida pública, às grandes injeções financeiras para salvar a economia capitalista (na figura dos grandes bancos, empresas transnacionais e grupos financeiros) do colapso.

No bojo do acirramento das contradições entre capital e trabalho e diante das consequências desastrosas vivenciadas na realidade brasileira no contexto pós-golpe de 2016 nas esferas política, econômica e social, a eclosão da pandemia COVID-19, expôs de maneira severa, com seus desdobramentos sanitários/humanitários e econômicos, as condições desastrosas e extremamente desiguais da classe trabalhadora, refletindo em um cenário de aumento do desemprego, precarização do trabalho e forte retração das políticas sociais.

Dessa forma, este trabalho objetiva, sem a pretensão de esgotar o debate, apresentar algumas reflexões sobre o cenário contemporâneo das políticas sociais e do fundo público na realidade brasileira no contexto de intensificação da ofensiva neoliberal sobre o trabalho aliados ao período da pandemia COVID-19. Para tanto, para tornar possível a realização desta pesquisa, adotou-se a pesquisa bibliográfica – dialogando com produções de autores contemporâneos – tendo como base o materialismo histórico-dialético como método de pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 NEOLIBERALISMO, FUNDO PÚBLICO E PANDEMIA



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Mesmo diante de consideráveis avanços nos direitos sociais com a Constituição Federal de 1988, a influência da oligarquia financeira internacional nos países periféricos, inclusive o Brasil, e a implementação da agenda neoliberal executada pela burguesia nacional a partir da década de 1990, vem impondo – conforme Behring e Boschetti (2016) – uma série de desafios e empecilhos para a consolidação das políticas sociais na realidade brasileira, provocando uma dualidade entre avanços e retrocessos, acirrando, portanto, as contradições entre capital e trabalho.

No bojo dos anos 2000 e na atual conjuntura, apesar dos notáveis avanços sociais nos governos petistas, “o que se percebe é uma continuidade das políticas focalizadas e seletivas, a falta de democratização do acesso, a articulação com o mercado e a manutenção da política de ajuste fiscal” (BRAVO; PELAEZ, 2018, p.03). Os governos de Lula e Dilma, deram seguimento ao projeto neoliberal, no que diz respeito às políticas fiscais, de contingenciamento, cortes e precarização de políticas sociais, dada a prioridade da manutenção da dívida pública e dos interesses do Mercado Financeiro Internacional e do Banco Mundial. Tais desdobramentos se agravam sobretudo com a ascensão da ultradireita com Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Tal instabilidade dos direitos sociais agudiza-se no período neoliberal. As sucessivas crises de taxa de acumulação de capital, desde os anos de 1970, exigiram do mercado diversas alterações no padrão de reprodução do capital a nível mundial, a fim de garantir a dinâmica e a reprodução do sistema capitalista. O fundo público e as políticas sociais, no contexto mundial, vêm sofrendo alterações de caráter regressivo, visto a necessidade que o capital tem de se autovalorizar e traçar estratégias que contribuam com a acumulação, retirando recursos do fundo público através do Estado e aprofundando a exploração do trabalho. Nesse sentido

as privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários. O Estado tem por finalidade, como antes, tomar as providências adequadas que favoreçam economicamente e deem garantias políticas à acumulação do capital em sua nova configuração (PANIAGO, 2012, p. 67).

Salvador (2020) compreende o fundo público enquanto a capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos, e intervir através das políticas públicas, sejam elas políticas sociais ou políticas econômicas, através da composição e execução do orçamento público. Desse modo, “uma das principais formas da realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida” (SALVADOR, 2020, p. 3).

Além disso, compreendemos o fundo público em consonância com Brettas (2012), enquanto elemento central para garantia da execução das políticas, elaboradas e realizadas através do Estado, que coleta tributos das classes sociais através de impostos e é essencial tanto para reprodução da força de trabalho, quanto para reprodução do capital. Dessa forma, o autor destaca algumas formas pelas quais o fundo público se apresenta no processo de reprodução do modo de produção capitalista:

I. Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital. II. Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição. III. Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas. IV. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas (SALVADOR, 2010 *apud* SALVADOR, 2020, p.3).

A década de 70 demarcou a crise estrutural⁵ do capital, que representou o fim do pacto do Estado Social, o denominado Welfare State⁶, no centro do capitalismo. Na periferia do capital, a abertura do mercado, desregulação, privatização, retirada do Estado de muitas áreas sociais (HARVEY, 2008). A nova fase de acumulação capitalista passa a ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a ‘nova roupagem’, rebatizado de neoliberalismo.” (SALVADOR, 2010, p. 609). Segundo o autor David Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as *liberdades e capacidades empreendedoras individuais* no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, *se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança*

⁵ Para aprofundamento da discussão acerca da Crise Estrutural, consultar MÉSZÁROS 2011.

⁶ Behring (2016, p. 91-98) define o *Welfare State* como políticas abrangentes, mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com o aumento de recursos para a expansão dos benefícios sociais, de consenso político em favor de uma economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com o crescimento econômico e o pleno emprego.

social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. (HARVEY, 2008, p. 12, grifo nosso).

A política de ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2018; SALVADOR, 2020) se estendeu desde a redemocratização dos anos 90 até os dias atuais. Isso representa a inserção do neoliberalismo enquanto “o corolário da reação burguesa à sua própria crise e que tem como eixo central uma forte ofensiva sobre os trabalhadores” (BEHRING, 2018, p. 02), sobretudo sobre seus direitos. O ideário neoliberal introjeta-se no interior das relações sociais e impõe saídas individuais para problemas coletivos, a exemplo do “empreendedorismo” como solução para problemas sociais, ou a filantropia e a caridade como resposta pontuais e minimalistas para as expressões da “questão social”, indo de encontro com princípios de coletividade, universalidade e a direitos sociais conquistados sob duras penas pelos trabalhadores e por movimentos sociais, postos na Constituição Federal de 1988. Com isso,

A dívida pública desempenha desde a crise de superprodução do capital, nos anos 1970, um papel significativo na reprodução ampliada do capital. Mais precisamente, a dívida pública e seu aumento em espiral não são por conta do Estado ineficiente, moroso, etc. que gasta muito e/ou mal e torna-se endividado, mas sim este Estado vem se reconfigurando, desde anos 1980, para atender aos imperativos do capital sob a forma capital portador de juros e sua forma “alocada”, o capital fictício. A dívida pública tem cumprido esse papel (SALVADOR et al, 2012, p. 60-61).

A desresponsabilização do Estado é uma condição primordial das orientações postas na doutrina neoliberal, sobretudo com o afastamento da tarefa da elaboração e execução das políticas sociais e no maior empenho na construção de políticas econômicas de caráter regressivo para consolidação do ajuste fiscal. Isso impacta diretamente a vida do trabalhador, pois as políticas como a seguridade social, a política de educação e as demais, estão intimamente ligadas à reprodução e a qualidade de vida da classe trabalhadora, em outras palavras, os mínimos para a reprodução social dos trabalhadores.

Outra orientação central da agenda neoliberal é a progressiva privatização de setores rentáveis do Estado, criando no interior das políticas sociais “novos mercados”, enquanto proposta pseudo modernizadora. Uma vez que o Estado desobriga-se da execução direta das políticas sociais, passa a ser financiador de entidades privadas, e delega ao terceiro setor e à sociedade civil o dever para com a execução de direitos sociais.

A principal justificativa utilizada pela classe dominante para execução e aprofundamento do ajuste fiscal deve-se à “aparente esquizofrenia” (BEHRING, 2018) na qual se argumenta que o

problema da crise fiscal estaria localizado no Estado, sendo necessário formatá-lo para novas requisições a fim de enxugá-lo e reduzir gastos, sobretudo gastos sociais. Daí emerge um novo aspecto do neoliberalismo no Brasil, denominado como Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), como um direcionamento para a “reforma”, bem como para dar legitimidade ao surgimento de entidades privadas ditas sem fins lucrativos para a execução de políticas sociais, consolidadas a partir do Plano Nacional de Publicização, Lei Federal nº 9637/1998.

A autora supracitada destaca que no campo das políticas fiscais e econômicas, o Estado elaborou uma série de privatizações e desvinculações orçamentárias nos eixos neoliberais, dentre elas o Fundo Social de Emergência (FSE), na qual foi prorrogado com a alteração como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e que posteriormente se originou a Desvinculação da Receita da União (DRU). O endividamento público deixado pela ditadura empresarial-militar significou para o país uma intensa crise econômica, com uma inflação de cerca de 200%, além de uma considerável fragilidade financeira do setor público. Entretanto a crise fiscal não veio em suma do serviço público, “a maior parte da dívida foi contraída pelo setor privado, por pressões do FMI houve uma crescente e impressionante socialização dessa dívida. No Brasil, 70% da dívida externa tornou-se estatal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 139).

A função social exercida pelo Estado, enquanto um instituição que legitima e defende os interesses da classe dominante, vem sendo semelhante a um *airbag*, amortecendo o setor privado do impacto da crise fiscal deixada pela autocracia burguesa. A responsabilização vem sendo repassada, de maneira coercitiva, para classe trabalhadora, que vem sofrendo com uma série de retrocessos no que tange os direitos sociais. Mesmo sendo a classe responsável pela produção da riqueza socialmente produzida, contraditoriamente, os trabalhadores vêm sendo expropriados das políticas sociais, e tendo o fundo público reorientado para os interesses do capital financeiro internacional. A classe dominante exigiu que o Estado desenvolvesse leis que visem a garantia da estabilidade fiscal, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei complementar nº101/200, na busca incessante pelo superávit primário, em detrimento do financiamento das políticas sociais, para a manutenção da dívida pública.

2.2 A PANDEMIA COVID-19 E OS IMPACTOS PARA O FUNDO PÚBLICO E A POLÍTICA SOCIAL



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No ano de 2019, o mundo foi surpreendido com a pandemia global causada pelo SARS-CoV-2, um vírus da família do coronavírus que tem a capacidade de infectar seres humanos, popularmente conhecido como Covid-19. Em março de 2020 a pandemia chegou ao Brasil e demandou do Estado organização e gestão de políticas sociais, para gerenciamento de crise, ao mesmo tempo “amortecer” essa nova crise para a classe capitalista. No Brasil, o cargo máximo do executivo era ocupado pelo inelegível ex presidente Bolsonaro, que tratou como política de Estado o negacionismo acima de tudo, e a necropolítica para todos, o que custou a vida de mais de 700 mil pessoas⁷, entre 2020 e 2022, decorrentes da infecção do Covid-19.

Dadas as condições, Behring (2021), salienta que a eclosão da pandemia Covid-19 e, portanto, seus efeitos desastrosos no ponto de vista sanitário e por consequência, econômico, aprofundam e agravam as condições políticas, econômicas e sociais estabelecidas na realidade brasileira, especialmente no período subsequente ao golpe de 2016. Conforme apresentado até então, as tendências postas no cenário mundial – na lógica de crise do capital e do receituário neoliberal – apresentam um contexto de

queda nos preços do petróleo; busca por condições de exploração da força de trabalho para a retomada das taxas de lucro, com contrarreformas trabalhistas e previdenciárias; avanço sem precedentes da extrema direita internacionalmente; políticas de austeridade fiscal e desfinanciamento do setor público, em especial das políticas sociais, em nome da resposta à crise, à superacumulação de capitais, buscando desesperadamente nichos de valorização (BEHRING, 2021, p.235).

Outros dados alarmantes em relação ao aprofundamento da agenda neoliberal com a extrema direita foi a volta do Brasil para o mapa da fome, com quase um terço da população em situação de insegurança alimentar grave ou moderada no ano de 2021⁸. Devido ao isolamento social, o desemprego alavancou durante o período pandêmico, alcançando a marca de 14,7%, totalizando cerca de 15,2 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas⁹, o que aprofundou as desigualdades sociais já latentes em nosso país, além da precarização e da flexibilização das relações de trabalho postas pela contrarreforma trabalhista, de julho de 2017.

⁷ Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 20/07/2024

⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/relatorio-da-onu-mostra-que-brasil-voltou-para-o-mapa-da-fome-em-2021/>; <https://openknowledge.fao.org/items/efd29e45-4004-4ec0-baad-eb9ea69278eb>. Acesso em 20/07/2024 às 13:52.

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado>. Acesso em 20/07/2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Além disso, dada a ausência de responsabilidade do governo federal para com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ficaram a cargo boa parte dos governos estaduais repassarem recursos. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁰ revelam que a debilidade e a desigualdade na prestação de serviços de saúde, durante a pandemia, além da ausência de estratégia do governo federal de Bolsonaro, deve-se ao sucateamento e a fragilidade causada pela política de austeridade fiscal aprofundada desde 2016, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95 e outros mecanismos financeiros que fragilizaram, sucatearam e se apropriaram do fundo público da saúde. Apesar da desigualdade de alocação de recursos financeiros, o SUS e os trabalhadores da saúde como um todo foram extremamente importantes para salvar inúmeras vidas da população brasileira.

O sistema de seguridade social como um todo, durante o período pandêmico foi desfinanciado, em contrapartida houve um verdadeiro saqueio das contas públicas destinado à dívida pública. Dados disponibilizados pela Auditoria Cidadã da Dívida¹¹ revelam que no ano de 2021, cerca de 50,78% da riqueza nacional foi transferida para pagamento de juros e amortização da dívida, o que totalizou cerca de R\$1, 96 trilhões. No mesmo ano, a seguridade social teve o seu menor investimento, quando comparada com os anos anteriores, apenas 27, 87%. Mesmo no auge da pandemia, onde os investimentos para fortalecimento da seguridade social eram essenciais para a preservação da vida dos cidadãos, o governo da extrema direita não poupou esforços em priorizar a política monetária e o pagamento do sistema da dívida. Isso exemplifica o projeto neoliberal, onde o lucro sempre estará acima da vida e onde a barbárie predomina.

A pandemia escancarou a imensa desigualdade social no Brasil e no mundo, agravando as expressões da “questão social” no que diz respeito à moradia, acesso à água, saneamento básico, trabalho, mobilidade urbana, acesso aos bens e serviços de saúde, a saúde, à assistência social e as condições mínimas de subsistência, não foi por acaso que a primeira vítima fatal da covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. De acordo com Correia e Alves (2020), um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC- Rio de Janeiro concluiu que o número de pessoas negras que foram à óbito em decorrência da covid-19, foi superior ao de pessoas brancas, as autoras salientam que:

¹⁰ Disponível em:

<https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-oferecidos-pelo-sus>. Acesso em 20/07/2024

¹¹ Disponível em:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso 23/07/2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O estudo incluiu a variável escolaridade e concluiu que quanto maior a escolaridade, menor a letalidade da COVID-19 nos pacientes. Pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às das pessoas com nível superior (22,5%). Ao cruzar escolaridade e raça, o estudo mostra as desigualdades no acesso ao tratamento, evidenciado nos dados de óbito por COVID-19, demonstrando que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%). Desse modo, o estudo mostra que a desigualdade social tem rebatimento direto nos óbitos entre os mais pobres, especialmente, entre os negros e com menor escolaridade. (CORREIA; ALVES, 2020, p. 14)

Tais questões perpassam pela falta de acesso às políticas sociais e o sucateamento/desfinanciamento da seguridade social. Considerando o contexto de financeirização da vida social, de contrarreforma das políticas e de consolidação do neoliberalismo, nota-se o agravamento das expressões da “questão social”, que incide diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora. A pandemia da covid-19 exacerbou a barbárie estrutural própria do sistema capitalista, agudizando as iniquidades sociais e impactando severamente no financiamento e execução das políticas sociais, que são essenciais, dentro dos limites do capital para reprodução da força de trabalho. Desse modo:

Se o Estado foi uma espécie de parceiro do capitalismo no seu ascenso, como nos alerta Ernest Mandel ([1972] 1982), seu suporte econômico e coercitivo para um capitalismo em crise e decadência nos dias de hoje tem sido decisivo, deslocando parcelas crescentes do fundo público ao processo de assegurar as condições de produção e reprodução social (BEHRING, 2021, p. 246).

Compreende-se, portanto, a exposição de forma mais severa do caráter cruel e inescrupuloso da acumulação capitalista, ao qual subordina e subjuga todo o conjunto das relações humanas e sociais aos interesses da reprodução do capital. Embora os desdobramentos da pandemia COVID-19 tenham exigido medidas imediatas por parte do Estado para garantir mínimas condições imediatas da reprodução da força de trabalho, seus esforços concentram-se em prover as condições necessárias para a sobrevivência do capital, por meio da elevação das taxas de lucro. Provocando, portanto, uma nova ofensiva sobre o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as condições, é possível analisar que os desdobramentos desastrosos da pandemia tanto na perspectiva sanitária, quanto na perspectiva econômica, repercutem de maneira distinta nas diferentes classes sociais. Assim, a classe dominante tenta lidar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com a crise no sentido de buscar estratégias que possam atenuar os efeitos danosos da crise e assim retomar o seu ciclo de reprodução ampliada, independente das possíveis consequências sociais, ambientais, etc. que possam custar até mesmo a condição de sua existência. Já a classe trabalhadora, se encontra no epicentro dos efeitos destrutivos da crise agudizada no período pandêmico.

Acompanha-se, sob à égide neoliberal, o estrangulamento do fundo público, com o amplo processo de mercadorização, financeirização e privatização das políticas sociais, conferindo ao atendimento das demandas da “questão social” – agudizada com os reflexos destrutivos da crise do capital – potencializadas com a pandemia –, impactando diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

Essas condições postas pela dinâmica contemporânea da sociabilidade capitalista requisitam, no plano imediato, uma organização efetiva das massas organizadas da classe trabalhadora no sentido de traçar estratégias coletivas de lutas e de resistência aos desmandos do capital. Para que assim possam ser construídos os caminhos necessários para uma ruptura efetiva desta sociabilidade e apontem para uma nova ordem societária onde a exploração do homem sobre o homem e as demais formas de dominação e exploração sejam definitivamente superadas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo. Editora Cortez, 2016.

BEHRING, E. R. **Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: Ufes, 2018. p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 04/07/2024 às 15:16

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J. **Avanço das contrarreformas na saúde no governo Temer**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo: 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CORREIA, M. V. C.; ALVES, P. K. L. **Pandemia, desigualdade social, determinação social do processo saúde e doença: quem são os mais atingidos?** In: CORREIA M. V. C; LIMA, A. S. (orgs.). *Pandemia, determinações da Saúde e enfrentamento da Covid-19: o lucro acima da vida*. Maceió: Edufal, 2020.

Harvey, David. ***O neoliberalismo: História e implicações***. São Paulo, Brasil: Loyola. 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em 03/07/2024 às 16:33

PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). **Marx, Mézaros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SALVADOR, Evilásio. **Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil**. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1 -15, jul./dez. 2020 | e- 39326. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.2.39326>. Acesso em 04/07/2024 às 14:45.

SALVADOR, Evilásio et al (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.